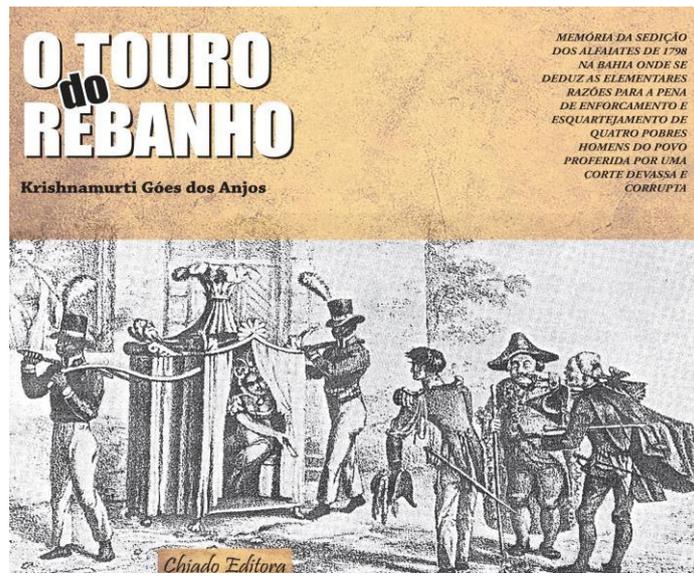


A propósito deste romance: *O Touro do Rebanho**

Memória da Sedição dos Alfaiates de 1798 na Bahia onde se deduz as elementares razões para a pena de enforcamento e esquartejamento de quatro pobres homens do povo, proferida por uma corte devassa e corrupta..



Krishnamurti Góes dos Anjos **

Todo livro tem uma história. A desse começou há exatos oito anos, tempo que levou para compô-lo. Durante esse período dediquei-me o quanto pude às pesquisas e detidas reflexões a respeito desse obscuro episódio da história brasileira, sempre muito mal explicado pela chamada historiografia oficial. A Conjuração dos Alfaiates ocorrida em fins do século XVIII – precisamente no ano de 1798.

* ANJOS, Krishnamurti Góes dos. *O Touro do rebanho*. Lisboa: Chiado Editora, 2013. O livro, obteve o primeiro lugar no Concurso Internacional de Literatura da União Brasileira de Escritores UBE/RJ em 2014, na categoria Romance. Quando a presente nota de leitura foi escrita o resultado do concurso ainda não havia sido divulgado.

** Escritor e pesquisador de temas históricos. Artigo enviado em: 15/05/2014; Aceito em: 19/06/2014. E-mail: goes.anjos@bol.com.br

O enredo da trama é simples: um narrador solitário perseguido por amargas lembranças escreve suas memórias para tentar interpretar os acontecimentos da Sedição. Aos poucos vamos tomando conhecimento de que o tempo da escritura das memórias é o ano de 1823, em plena guerra civil pela Independência do Brasil que se estabelece na província da Bahia. Acompanhamos o fluir da memória, a sutil transformação na matéria prima deste romance. O tempo. Aquele que escorre em um presente dolorosamente tributário de um passado que o protagonista – representante de uma elite leviana que desperdiça sua existência em ambições mesquinhas de alcançar a nobreza da terra -, ilumina pelo viés de fina ironia e pessimismo amargo, ao dar-se conta de sua impotência ante uma sociedade na qual os homens buscam apenas os seus interesses pessoais.

E que sociedade era aquela de fins do setecentos? Uma colônia dominada por Portugal que por sua vez era beneficiado pela cobrança extorsiva de impostos e pela reexportação de produtos coloniais. Assim o Brasil e sua hierarquia social contribuía para preservar o *ancien regime* em Portugal, não para transformá-lo. Tratava-se do “projeto arcaizante” de uma metrópole, controlada por sua aristocracia, aliada aos comerciantes aristocratizados, enquanto uma nova burguesia nativa, não ameaçasse a ordem estabelecida. Era o capital mercantil apoiado na escravidão, e consolidando o antigo regime. Precisamente nesta encruzilhada do tempo, ocorre a Conjuração dos Alfaiates.

A historiadora Patrícia Valim levou a efeito um inventário crítico bastante elucidativo que aponta os enfoques dados ao longo do tempo para a “construção” da História da Sedição, abarcando desde a versão “do poder” arquitetada pelo próprio governador português à época D. Fernando José de Portugal, passando pela ênfase nas relações socioeconômicas do Brasil colônia apresentada por gerações de historiadores, e termina por analisar trabalhos históricos mais recentes que levando em conta o interesse pelas *mentalités* vêm alterando e expandindo as áreas de compreensão para outras direções.

Grande parte dos novos estudos históricos atualmente levados a efeito no Brasil (ressalvo que ainda estou me atendo exclusivamente à história), estão sendo escritos à sombra de Michel Foucault, partindo do entendimento de que a era moderna – de finais do século XV até à Revolução Francesa – corresponde a um período de fortalecimento

do estado absolutista, muitas vezes ajudado por seu braço ideológico a Igreja, com a crescente imposição de mecanismos repressivos de controle sobre toda a gama de atividades e ideias humanas. Muito bem; são verdades; mas não é só isso. Outras circunstâncias de peso influíram nos acontecimentos deste movimento e contribuíram para seu grotesco desfecho.

Fernando Gil Portela por seu turno acrescenta, que as diversas propostas de abordagens, campos de atuação e objetos de pesquisa constituem a riqueza da disciplina histórica, e o debate, o motor de sua evolução, ou seja, de sua mudança. É o caso do diálogo – ou debate, para os céticos – entre história e literatura que, aliás, não é novo.

A compreensão do mundo contemporâneo exige de nós dimensões que vão além do fato de apenas referenciar os objetos de pesquisa no passado. Ir mais além dos fatos trás consigo dimensões que precisam levar em consideração a pluralidade de perspectivas no diálogo constante com as demais áreas do conhecimento humano. Conscientes evidentemente, que ter posições relativas às diversas possibilidades de reconstituição de sentidos não implica cair no inconsequente vale-tudo.

Já Astor Antônio Diehl salienta que a realidade carrega em si o descompasso entre o tempo passado e a capacidade dela ser reconstituída. Esta fissura causa uma estranha abertura entre o cenário e os atores – entre o passado e os sujeitos. E é exatamente esta abertura o horizonte de sentidos que são os sons e as cores da possibilidade de mudança do entendimento, pois carregam um amplo espectro de subjetividades e desejos.

Daí advém, penso, o promissor diálogo entre a história e a literatura. É caminho que se percorre nas trilhas do imaginário posto ser este um sistema produtor de ideias que suporta, na sua feitura, as duas formas de apreensão do mundo: a racional e conceitual, que forma o conhecimento científico, e a das sensibilidades e emoções, que correspondem ao conhecimento sensível. O imaginário é sistema de representações sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, tem nela seu referente.

Outro campo da atividade humana no qual a literatura desperta (ou deveria despertar), interesse é o Direito. Muito embora se saiba, e se tenha bem em mente, que direito e literatura operam em universos distintos, ambas as disciplinas encontram-se em potencial convergência visto que têm de lidar inevitavelmente com a interpretação. E no

caso específico deste romance o subtítulo “*a pena de enforcamento e esquartejamento de quatro pobres homens do povo, proferida por uma corte devassa e corrupta.*”, suscita interesse adicional pelo que revela enquanto interpelação ao passado tentando urdir uma narratividade cuja composição possa dar conta de entrecruzamentos temporais a partir de uma configuração do que se chamou de “ausências” na história, as “construções desaparecidas” – ou desconhecidas – produzidas pelo esquecimento, isto é, os silêncios, os não-ditos, os recalques, até o limite mesmo em que sua produção tenha sido marcada pela presença do horror na história. É uma excelente reflexão crítica para o direito – deixando à parte o positivismo normativista –, porque desvela o sentido do direito e sua conexão com a justiça sobretudo em um país como o Brasil de tão brutais injustiças ainda hoje.

A ficção estimula a capacidade do leitor para imaginar outras pessoas noutros universos, reconhecendo toda a potencialidade de que dispõem os textos literários relativa à promoção de uma inteligência empática e imaginativa, que ainda é tão cara e fundamental não somente aos juristas mas aos operadores do direito em geral. Como se sabe, o conhecimento através da experiência com outros mundos proporcionados pela ficção, bem como o contato por ela estimulado a partir de situações complexas e delicadas, (como a que está exposta no romance), através das quais se fomenta a identificação do leitor com as personagens envolvidas, constituem valioso elemento para aqueles que terão inevitavelmente de enfrentar ao longo de suas vidas profissionais, uma série de questões éticas e morais, cujas respostas não se encontram nos manuais e muito menos nos códigos.

A literatura busca dentre outras coisas, a expressão ou sintoma de formas de pensar e agir, fornecendo uma leitura de uma época sem nos preocuparmos com o fato do protagonista do Touro do Rebanho, ou a bela e enigmática personagem Rita Portugal terem existido ou não. Existiram enquanto possibilidade, como personalidades que retratam sensibilidades. São reais na “verdade do simbólico” que expressam. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo. No caso da já citada personagem Rita Portugal, a documentação histórica reproduzida em bloco específico ao final do romance apresenta-a em toda a sua

misteriosa realidade existencial, e cumpre acrescentar também que todos os documentos utilizados no corpo mesmo do texto são fiéis reproduções de documentos autênticos, que se concertam na urdidura da trama para resgatar possibilidades verossímeis. Creio que conseguem expressar como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam, pois a verdade da ficção literária não está em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura de questões em jogo numa dada temporalidade, o “ser-precisamente-assim das circunstâncias”, de György Lukács, que um dia me falou ao telefone Luís Henrique Dias Tavares.

Durante oito anos carreguei dentro de uma pequena maleta os originais deste romance em aeroportos do Brasil e do exterior – por conta de minha atividade profissional que obriga a viajar constantemente -, amadurecendo essas questões que acabei de abordar para que afinal pudesse dar à público uma obra que fosse também impressão de vida. Eis a história deste romance.

Em tempo, os textos abaixo aprofundam as perspectivas aqui ventiladas e podem ser facilmente acessados na Internet. Recomendo as seguintes leituras:

- I - Kafka e os paradoxos do Direito: da Ficção à realidade – André Karam Trindade - <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/dialogosdireito/article/view/63/76>
- II - História e Literatura – Márcia Leticia Gomes e Maria Rita Berto de Oliveira - <http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/3757/1266>
- III - Mentalidades e estruturas sociais no Brasil Colonial: uma resenha coletiva – Stuart B. Schwartz - <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php>
- IV - Teoria historiográfica: Diálogo entre Tradição e Inovação – Astor Antônio Diehl - http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000200008&script=sci_arttext
- V- História & Literatura: Uma velha-nova história – Sandra Jatahy Pesavento - <http://nuevomundo.revues.org/1560>
- VI - Palavras para crer – Imaginários de sentido que falam do passado – Sandra Jatahy Pesavento - <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/MESASREDONDAS/SandraJatahy.pdf>
- VII - Narrativa e História – Irene Cardoso - <http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n2/v12n2a2.pdf>
- VIII - A ficção como limite: reflexões sobre o diálogo entre história e literatura - Fernando Gil Portela

Vieira http://www.anpuhsc.org.br/revfront_17%20pdfs/art1_format_ficcao_como_livro_1798.pdf

IX - Uma literatura anfíbia – Silvano Santiago - http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n5_Santiago.pdf

X - O diálogo entre o ontem e o anteontem, e o que o tempo silenciou: história da história do Movimento Baiano de 1798 – Patrícia Valim - http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/patricia_valim.pdf